

Democracia em Ruínas: O Culto ao Extremismo e a Morte do Pensamento Crítico

*Democracy in Ruins:
The Cult of Extremism and the Death of Critical Thinking*

Erica Aoki¹

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão filosófico-política sobre o esvaziamento da democracia contemporânea, analisando a ascensão de lideranças autoritárias, a crise do pensamento crítico e a erosão do pacto simbólico que sustentava o horizonte ético comum. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o texto examina como a lógica da autopromoção, o ressentimento social e a dissolução das estruturas morais contribuem para a normalização da barbárie política em regimes formalmente democráticos.

Palavras-chave: Democracia, Moralidade, Ressentimento, Autoritarismo, Pensamento Crítico

Abstract

This article offers a philosophical and political reflection on the dismantling of contemporary democracy, analyzing the rise of authoritarian leadership, the crisis of critical thinking, and the erosion of the symbolic pact that once sustained a shared ethical horizon. Using an interdisciplinary approach, it explores how the logic of self-promotion, social resentment, and the dissolution of moral structures contribute to the normalization of political barbarism within formally democratic regimes.

Keywords: Democracy, Morality, Resentment, Authoritarianism, Critical Thinking

¹ Advogada e filósofa, com formação em Direito Internacional e Filosofia Política

INTRODUÇÃO

Vivemos um tempo em que a política, outrora considerada a arte do possível, transformou-se progressivamente na arte do confronto. Ainda que a política sempre tenha sido uma arena de tensões, o que se observa hoje é a hipertrofia do conflito, onde o dissenso substitui o diálogo e o ataque pessoal ocupa o lugar da mediação.

A dualidade entre direita e esquerda, concebida no contexto da modernidade e da Revolução Francesa, já não serve como eixo interpretativo suficiente para o mundo contemporâneo. No lugar de um debate estruturado, o que se vê é a fragmentação do espaço público, dominado por gritos e torcidas, e o esvaziamento da racionalidade do debate, que cede espaço ao ruído emocional e à performatividade agressiva.

Não se trata, portanto, de um fenômeno inédito. A história já nos mostrou como o enfraquecimento institucional e a radicalização do discurso podem abrir caminho para soluções autoritárias — como ocorreu na ascensão do nazismo na Alemanha. Nesse contexto, o autoritarismo não aparece como ruptura, mas como uma resposta estética e emocional diante da crise das democracias liberais.

A presente análise propõe um olhar filosófico sobre os riscos do extremismo contemporâneo: o culto ao líder, a substituição do pensamento crítico por slogans e a morte simbólica da democracia como espaço de mediação, escuta e construção coletiva.

1. A Repetição dos Extremos: Um Alerta Filosófico

A política é frequentemente definida como a “arte do possível”. Essa máxima, embora repetida à exaustão, carrega consigo uma ambiguidade que merece ser desvendada. No discurso contemporâneo, muitos tratam a política como um terreno de negociações e concessões, uma arena racional onde o bem comum é buscado por meio do diálogo. No entanto, essa visão é contraposta por uma crítica fundamental: a política sempre foi, e continua sendo, uma arte de confronto. Como observado por um crítico: “A política, entendida como a arte do possível, é necessariamente realizada em meio ao confronto. Não há outro caminho.” Essa análise desmonta a dicotomia inicial proposta entre “arte do possível” e “arte do confronto” como se fossem mutuamente excludentes. A política não deixa de ser possível porque é conflitiva — ao contrário, ela só se realiza plenamente

através dos embates, dos choques de interesse, das tensões estruturais. Dessa forma, a concepção inicial que separa esses dois polos pode ser considerada, nas palavras do crítico, “uma premissa ridícula (até idiota)”. A política nunca foi um espaço de pura racionalidade; é um campo de forças, onde cada ator busca realizar seus interesses sob o verniz da institucionalidade. Portanto, compreender a política como confronto não é uma distorção pessimista, mas sim uma leitura mais honesta da realidade histórica e presente.

Vivemos um momento histórico marcado por uma crescente polarização política em escala global.

A dualidade extrema entre direita e esquerda não apenas fragiliza o debate democrático, como também obscurece a busca por soluções reais e sustentáveis para os problemas sociais contemporâneos.

Essa fragmentação do pensamento político, incapaz de reconhecer a complexidade do mundo moderno, remete perigosamente a episódios do século XX — em especial, à ascensão do nazismo na Alemanha.

A filósofa Hannah Arendt, em *Origens do Totalitarismo*, alertou que regimes totalitários nascem não apenas de líderes carismáticos, mas de massas que, desiludidas com as instituições, buscam respostas simples para problemas complexos.

O apoio popular a Adolf Hitler, por exemplo, não foi fruto apenas de uma imposição autoritária, mas da mobilização de um discurso ideológico que oferecia identidade, culpa e propósito a uma sociedade em crise.

O historiador Ian Kershaw, biógrafo de Hitler, reforça essa ideia ao afirmar que o nazismo se construiu a partir de uma aliança entre elites econômicas temerosas do comunismo e segmentos da população frustrados com a humilhação pós-Tratado de Versalhes.

Essa combinação de interesses levou ao apoio acrítico de um projeto político que desprezava os direitos fundamentais e a dignidade humana, em nome da ordem e da identidade nacional.

Analogamente, o cenário atual revela a ascensão de líderes e movimentos que instrumentalizam o ressentimento social, a desinformação e o medo para promover projetos autoritários, seja sob bandeiras conservadoras ou progressistas.

A antropóloga Lilia Schwarcz, ao analisar o populismo contemporâneo, observa que o apelo emocional tem substituído o debate racional, favorecendo o surgimento de “verdades” construídas a partir de narrativas ideológicas e não de fatos verificáveis.

Essa radicalização ideológica marginaliza o centro político — aquele espaço que, em teoria, deveria abrigar o diálogo, a negociação e o compromisso.

Como aponta o filósofo Norberto Bobbio, “a democracia é o regime do conflito regulado”, e não da unanimidade imposta por qualquer extremismo.

A repetição histórica, portanto, não está apenas nos nomes ou bandeiras, mas na estrutura: uma crise econômica ou moral, uma população desiludida, um discurso simplificador e uma liderança que explora medos coletivos em nome de uma suposta salvação.

O problema não está na divergência política em si, mas na recusa ao diálogo, na demonização do outro e na exaltação de soluções unilaterais.

2. A Falácia da Binariedade: Quando Votar se Torna Coação

Vivemos tempos de gritarias, de debates televisivos histéricos, de hashtags inflamadas. A esses fenômenos, frequentemente tratados como sinais de uma democracia em crise, é preciso aplicar uma lente mais crítica. O que parece ser uma decadência do debate pode, na verdade, ser apenas a encenação de um conflito que não passa de espetáculo.

Um observador atento comenta: “O barulho exagerado e a gritaria vulgar que passa por debate político hoje não passa de um show propositadamente montado para enganar as massas crédulas, para fazê-las crer que têm voz.” A análise aponta para uma estratégia deliberada: simular dissensos, alimentar antagonismos superficiais, enquanto as decisões verdadeiramente estruturantes seguem inalteradas, seja qual for o partido no poder.

Essa continuidade sistêmica, especialmente nas áreas de política econômica e relações exteriores, evidencia que os verdadeiros centros de decisão estão blindados contra o clamor popular. “Vivemos numa era em que o domínio do governo pelos super-ricos é quase total”, reforça o crítico. Nesse contexto, o debate político não passa de uma performance.

Essa encenação, porém, cumpre uma função ideológica: preservar a ilusão da escolha, manter o povo entretido com a forma, enquanto o conteúdo permanece inacessível. Em sociedades profundamente polarizadas, o voto deixa de ser uma expressão de consciência política para se tornar um instrumento de chantagem ideológica.

A narrativa do “ou um, ou outro” – como se toda realidade política pudesse ser reduzida a dois polos excludentes – compromete a essência democrática ao converter o eleitor em refém de uma dicotomia forçada.

Essa lógica binária, típica de momentos de crise institucional, é visível em slogans como “quem não vota em Bolsonaro, apoia Lula” ou “quem não vota em Trump, vota em Kamala”. A complexidade do pensamento político é, assim, reduzida a uma caricatura moral.

O filósofo John Stuart Mill, ao defender a liberdade de expressão e de escolha como elementos fundamentais do liberalismo político, advertia que a coerção simbólica pode ser tão nociva quanto a imposição autoritária.

Em *On Liberty*, Mill sustenta que a liberdade política só é real quando o indivíduo não é coagido, nem mesmo psicologicamente, a aderir a um lado em detrimento de sua consciência crítica.

A filósofa Chantal Mouffe, estudiosa da “democracia agonística”, propõe que o espaço democrático se baseia no reconhecimento legítimo do dissenso. Para ela, a ausência de alternativas viáveis no espectro político alimenta o ressentimento e mina a confiança nas instituições. Em suas palavras: “a escolha entre dois males não é uma escolha democrática, mas uma simulação de participação”.

Acreditar que votar nulo ou em branco é uma omissão irresponsável é, portanto, uma leitura simplista. O voto nulo, em contextos de insatisfação generalizada, pode representar um ato de resistência política, uma recusaativa a legitimar opções que não correspondem ao ideal republicano.

O jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio afirmou que “a abstenção pode ser uma forma de manifestação política tão eloquente quanto o voto, especialmente quando indica descrença nas opções existentes”.

Além disso, a filósofa Simone Weil, em *Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social*, denunciava o perigo da “adesão automática” a partidos ou líderes, argumentando que a verdadeira liberdade exige a coragem de se colocar fora do sistema, quando este se torna opressor ou falso.

Quando a maioria das pessoas acredita que seu voto é apenas “anti” alguém — e não a favor de um projeto real de sociedade — o processo democrático é corroído desde sua base. O que deveria ser um mecanismo de escolha consciente se converte em uma encenação de legitimidade. Como bem pontua o antropólogo David Graeber, a democracia é esvaziada quando a única escolha possível é entre dois projetos falhos que se retroalimentam na oposição mútua.

A consequência desse modelo binário é o empobrecimento do espaço público e a estagnação política. Partidos e lideranças deixam de se atualizar, confiando apenas na rejeição ao adversário como estratégia eleitoral.

Se houvesse uma adesão massiva ao voto nulo, como forma de protesto consciente, o sistema seria pressionado a se reformular — a incluir novas vozes, a dialogar com as demandas reais da sociedade e a abandonar o marketing do medo como instrumento político.

3. A Liberdade como Disfarce: Autoritarismo em Nome da Democracia

A armadilha da polarização política extrema não está apenas na restrição das opções eleitorais, mas na forma como ela prepara o terreno para o autoritarismo mascarado de liberdade. Líderes que ascendem sob o pretexto de “salvar a pátria”, “restaurar a ordem” ou “defender os valores da maioria” frequentemente utilizam a retórica da liberdade para justificar medidas que, paradoxalmente, limitam os próprios direitos fundamentais.

O filósofo Karl Popper, em *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, alerta que regimes autoritários frequentemente utilizam o discurso da liberdade para destruir a própria sociedade aberta. “Se tolerarmos os intolerantes, a tolerância desaparecerá”, escreveu Popper, antecipando o risco de permitir que, em nome da liberdade, se estabeleçam estruturas de dominação.

No Brasil, nos Estados Unidos, na Hungria e em outras democracias em crise, vemos governos que se apropriam de símbolos democráticos para enfraquecer instituições de controle, desacreditar a imprensa, criminalizar adversários políticos e reduzir a pluralidade de vozes no debate público.

O sociólogo Zygmunt Bauman descreve esse fenômeno como “autoritarismo líquido”: instável, adaptável, mas profundamente corrosivo das estruturas de convivência democrática.

Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, cunhou o termo “democracia iliberal” para descrever seu próprio governo — um regime que mantém a fachada institucional da democracia, mas que concentra o poder e mina sistematicamente a liberdade de imprensa, o judiciário e os direitos civis.

O cientista político Yascha Mounk, em *O Povo contra a Democracia*, argumenta que esse modelo se torna cada vez mais comum: regimes que mantêm eleições, mas esvaziam seu conteúdo democrático.

O perigo real é que, ao se apresentarem como antídotos ao “outro extremo”, esses líderes se tornam “a única solução possível”, transformando o medo e o ressentimento em capital político. Essa lógica — de que apenas um salvador pode nos proteger do caos — remete diretamente às condições que possibilitaram a ascensão de Hitler, como discutido por Theodor Adorno em *A Personalidade Autoritária*.

Ele observava que líderes totalitários são bem-sucedidos não porque impõem sua vontade com violência imediata, mas porque oferecem respostas emocionais a ansiedades coletivas mal resolvidas.

A liberdade, quando instrumentalizada, perde sua essência. A verdadeira liberdade política — segundo Amartya Sen — exige não apenas ausência de coerção, mas capacidade real de escolha, de informação, de crítica e de expressão. Sem essas garantias, qualquer “defesa da liberdade” torna-se apenas um slogan vazio.

O paradoxo contemporâneo é este: quanto mais extremada a retórica em defesa da liberdade, mais provável que esteja sendo utilizada para legitimar práticas que a destroem. E, em um ambiente dominado por fake news, tribalismo digital e algoritmos que recompensam o ódio, o autoritarismo se disfarça de “proteção contra o inimigo”.

4. Redes Sociais, Emoção e a Judicialização do Vazio Democrático

A revolução digital alterou profundamente o modo como a política é vivida, percebida e disputada. Se antes o espaço público exigia argumentação, mediação e escuta, hoje as redes sociais transformaram o debate político em um espetáculo emocional contínuo.

Opiniões são formadas e compartilhadas com a mesma intensidade — e superficialidade — com que se torce por um time de futebol. O problema não é apenas a paixão, mas a substituição do pensamento crítico pela lógica tribal do “nós contra eles”.

O filósofo Byung-Chul Han, em *No Enxame*, observa que a comunicação digital rompe com a contemplação e a profundidade do pensamento político. A velocidade e a gratificação imediata das redes favorecem o julgamento rápido, o cancelamento e a adesão a narrativas prontas. “O que predomina não é o discurso, mas o grito”, escreve Han.

O resultado é a infantilização do debate público, onde convicções políticas se tornam identidades emocionais inegociáveis.

Essa “*emocionalizaçā*” torna o ambiente ideal para a proliferação de fake news, teorias conspiratórias e radicalizações. A filósofa Marcia Tiburi, em *Como Conversar com um Fascista*, destaca que o campo político foi tomado pela lógica do afeto violento, da afirmação sem escuta, da convicção sem reflexão. “Estamos perdendo a linguagem comum para discordar”, alerta.

Nesse vazio de racionalidade, a política perde sua função deliberativa e se torna palco de justiçamentos morais e simbólicos. E é justamente nesse ambiente que cresce o fenômeno da **judicialização da política** — quando o Judiciário, instado a agir em contextos de omissão legislativa ou conflito extremo, acaba por ocupar um papel que, em tese, não lhe pertence: o de agente político central.

O constitucionalista Luís Roberto Barroso reconheceu em diversos discursos que, no Brasil, o Judiciário foi empurrado a decidir temas controversos como cotas raciais, união homoafetiva, aborto, fake news e impeachment — temas que, em democracias saudáveis, seriam debatidos e decididos pelo Legislativo. O problema, porém, é que essa expansão pode comprometer o próprio princípio da separação dos poderes.

O filósofo Habermas advertia que, quando o Judiciário ocupa o centro do debate político, ocorre o que ele chama de “juridificação da esfera pública”, corroendo os espaços do consenso e da legitimidade popular.

Juízes, por mais bem-intencionados ou preparados que sejam, não foram eleitos para representar vontades políticas, mas para aplicar normas já consensuadas. Quando passam a definir o rumo moral da sociedade, há um risco de ruptura institucional e de desconfiança crescente nas decisões judiciais — vistas ora como salvadoras, ora como ditoriais.

Esse ciclo é perigoso: a política emocionalizada alimenta o extremismo, o extremismo paralisa o Legislativo, e o Judiciário é forçado a decidir no lugar da política. Mas, sem o lastro da deliberação democrática, essas decisões não pacificam — inflamam ainda mais.

Como escreveu Alexis de Tocqueville, já no século XIX, “quanto mais os cidadãos abandonam a vida política, mais o Judiciário se transforma em legislador invisível”. O que vemos hoje é o retrato preciso dessa profecia.

5. O Elogio do Autoritarismo: Como Democracias Escolhem Líderes Antidemocráticos

Um dos maiores paradoxos políticos do século XXI é o fato de que democracias maduras como os Estados Unidos, com instituições sólidas e uma longa tradição constitucional, tenham elegido – e sigam flirtando com – líderes abertamente autoritários.

O caso de Donald Trump é exemplar: um empresário com histórico de fraudes, acusações de abuso, retórica xenofóbica e desdém público por valores democráticos básicos, como a liberdade de imprensa e a integridade eleitoral, chegou à presidência em 2016 e continua a ser uma força política mobilizadora.

Como explicar esse fenômeno?

A ascensão do extremismo não se dá apenas por meio de rupturas violentas ou golpes explícitos, mas frequentemente pelo esvaziamento gradual das instituições e pelo consentimento silencioso da população. Democracias não morrem apenas quando são derrubadas — elas adoecem por dentro, quando seus cidadãos abandonam o compromisso com o pensamento crítico e passam a aceitar soluções autoritárias como atalhos para crises complexas.

O escritor e semiólogo Umberto Eco, em *O Fascismo Eterno*, alerta que o autoritarismo se infiltra de forma sutil, travestido de ordem, tradição ou identidade nacional. Para ele, “o fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes”, e é precisamente na normalização dessas vestes que mora o perigo. Muitos americanos, movidos por frustrações econômicas, ressentimentos identitários e a promessa de uma grandeza restaurada, não viram em Trump um sinal de regressão, mas uma esperança familiar.

Esse fenômeno revela um colapso do discernimento democrático: o autoritarismo, ao ser estetizado e emocionalmente ressignificado, passa a se apresentar não como ameaça, mas como solução. A cultura política se empobrece, o debate público se torna performático e a cidadania, reduzida à torcida. Nesse cenário, o pensamento crítico, por sua própria natureza incômoda e reflexiva, é descartado como elitista, impraticável ou desnecessário.

O apoio a Trump não pode ser dissociado do colapso da confiança institucional, do crescimento da desigualdade e da influência das redes sociais na criação de bolhas de desinformação.

Francis Fukuyama, em *Identidade*, aponta que o ressentimento identitário – mais do que fatores econômicos – explica o sucesso de líderes como Trump: pessoas que sentem que sua

“identidade nacional” está sendo ameaçada por imigrantes, minorias ou elites liberais tendem a apoiar figuras fortes que prometem restaurar ordem e orgulho.

A questão que se impõe, então, é: como classificar brasileiros que apoiam esse tipo de liderança estrangeira autoritária, mesmo quando isso contraria seus próprios interesses nacionais?

Trata-se de um fenômeno de projeção ideológica e colonialismo simbólico. O filósofo Paulo Arantes já advertia que a elite (e parte da classe média) brasileira, historicamente, tem um fascínio pela cultura do Norte global — mesmo que isso signifique importar modelos de exclusão ou discursos anti-intelectuais. Assim, quando brasileiros repetem slogans trumpistas, ecoam um imaginário de pertencimento a uma elite global conservadora, ainda que estejam do lado perdedor dessa estrutura.

É, portanto, um tipo de identificação simbólica baseada no ressentimento e na aspiração de superioridade, como diagnosticou Nietzsche ao descrever o comportamento do “escravo que admira o chicote”. Para alguns brasileiros, Trump representa a figura do “homem forte”, da ordem pela força, do “basta de direitos humanos” — uma fantasia de poder que encobre a própria fragilidade social e política.

O apoio a Trump fora dos EUA revela, assim, uma adesão transnacional ao autoritarismo, reforçada pela cultura da desinformação e pela erosão do pensamento crítico. Não se trata de uma escolha racional, mas de um sintoma de mal-estar civilizacional — onde a democracia, antes idealizada como horizonte comum, passa a ser vista como entrave à imposição da própria visão de mundo.

6. O Mito do Salvador: Quando a Cidadania se Entrega ao Carisma

Em tempos de crise — seja econômica, social, institucional ou simbólica — as sociedades frequentemente abandonam a razão e depositam suas esperanças em figuras que prometem “salvação”. Esse movimento coletivo em direção ao mito do líder forte e carismático, capaz de resolver todos os problemas sem mediações, é um dos sintomas mais recorrentes do colapso democrático. O que deveria ser um regime de cidadãos críticos e autônomos se transforma em uma arena de seguidores fiéis, dispostos a abdicar do pensamento em nome da devoção.

O filósofo Max Weber chamou esse fenômeno de “dominação carismática”: uma forma de autoridade baseada não em leis, nem em instituições, mas na fé pessoal no líder. Quando a racionalidade cede lugar à emoção, e a legalidade ao personalismo, a democracia degenera em

espetáculo, e o cidadão em torcedor. O líder deixa de ser avaliado por suas ações concretas e passa a ser visto como encarnação de um ideal difuso — “o pai”, “o patriota”, “o justiceiro”.

Essa construção simbólica se intensifica na era digital, em que os algoritmos amplificam a presença do líder carismático, transformando-o em ícone pop, meme, produto de marketing e objeto de culto.

O filósofo Umberto Eco, em seu clássico ensaio Ur-Fascismo, alertava que um dos traços do fascismo eterno é o “culto à ação pela ação” e à figura de um líder supostamente infalível. “Ele não precisa ser eficaz, apenas parecer resoluto.”

No Brasil e em muitos outros países, esse culto ao “mito” substituiu a política de programas e debates por slogans vazios. Não se discute mais o que o líder fará, mas quem ele “é” — como se a simples existência de sua figura bastasse para reorganizar a realidade.

O problema disso é que toda crítica passa a ser vista como traição, e qualquer discordância, como ameaça à ordem. O líder deixa de ser servidor público e torna-se intocável, acima da ética, da lei e da crítica.

O filósofo Michel Foucault alertava para os “regimes de verdade” impostos por discursos de poder. O mito do líder salvador cria um desses regimes: ele é o detentor da verdade, e tudo o que o contradiz é fake news, complô ou conspiração. O pensamento crítico é expulso da esfera pública. Os eleitores deixam de ser cidadãos e se tornam súditos.

Esse processo é especialmente perigoso em sociedades fragilizadas, com baixa educação política, desigualdade extrema e instituições frágeis. O culto à personalidade prospera quando os vínculos comunitários e a confiança pública se rompem. As pessoas deixam de acreditar umas nas outras, e passam a ter fé cega no “homem providencial”.

No fundo, trata-se de um pedido coletivo por tutela: a rejeição à complexidade do mundo moderno e à responsabilidade cívica, substituída pela ilusão de que “alguém fará tudo por nós”. Como escreveu Erich Fromm, em *O Medo à Liberdade*, o totalitarismo nasce do desejo de fuga da angústia da autonomia. “A liberdade pode ser um fardo, e muitos preferem trocá-la por segurança e pertencimento.”

7. O Medo Demográfico e a Identidade Sagrada

Nos Estados Unidos e em outras democracias ocidentais, a polarização política está cada vez mais entrelaçada com uma ansiedade de cunho demográfico. A projeção de que as populações brancas possam se tornar minoria numérica desencadeou medos existenciais em segmentos sociais que percebem sua dominância cultural, econômica e simbólica como ameaçada.

Essa ansiedade alimenta uma política do ressentimento, na qual líderes populistas oferecem narrativas simplificadoras: “nós” contra “eles”. Nesse esquema, minorias — negras, latinas, asiáticas, imigrantes — deixam de ser apenas grupos sociais e passam a representar símbolos de desintegração cultural.

O filósofo Slavoj Žižek descreve esse fenômeno como um trauma de deslocamento simbólico, no qual o medo da perda da identidade hegemônica provoca reações políticas agressivas.

De modo semelhante, o conceito de necropolítica de Achille Mbembe explica como o poder estatal, por meio de exclusões identitárias, determina quem pertence e quem não pertence — quem é protegido e quem é descartável.

A religião frequentemente intensifica essa dinâmica. A retórica populista costuma invocar a defesa de uma “nação cristã” ou dos “valores do Ocidente” contra uma suposta invasão. Carl Schmitt, cuja obra influenciou diversas teorias autoritárias, argumentava que todas as distinções políticas são, em última instância, teológicas: a dicotomia amigo-inimigo torna-se moral, até mesmo sagrada. Assim, o adversário político deixa de ser alguém que discorda e passa a ser visto como uma ameaça ao fundamento espiritual do grupo.

Essa convergência entre demografia, religião e ressentimento cria um terreno fértil para líderes que se apresentam como defensores da identidade, da ordem e da tradição. O que está em jogo não é um debate racional sobre políticas públicas, mas uma guerra existencial contra o que se percebe como apagamento. O perigo, como a história mostra, é que tais guerras raramente se vencem com argumentos — mas sim com exclusões, perseguições e mitologias de pureza.

Superar esse quadro exige uma reformulação da ideia de identidade — não como herança sagrada e fechada, mas como um espaço comum e em constante transformação. A democracia não pode sobreviver onde a identidade se torna uma arma.

8. A Manipulação das Guerras Culturais: Distração, Medo e Identidade

Em meio à complexidade das transformações sociais contemporâneas, as chamadas “guerras culturais” tornaram-se o campo preferencial de batalhas simbólicas, onde a razão é substituída por slogans e o diálogo, por indignação moral.

A polarização em torno de temas como direitos LGBTQIA+, aborto, identidade de gênero e religião tem servido menos à emancipação dos indivíduos e mais à fragmentação da sociedade — funcionando, muitas vezes, como uma eficaz cortina de fumaça.

Pautas legítimas de reconhecimento e igualdade são instrumentalizadas tanto pela direita quanto pela esquerda. A direita populista utiliza esses temas para alimentar o medo e o ressentimento em grupos tradicionalistas, especialmente em regiões rurais ou com forte religiosidade.

Já setores da esquerda institucional adotam uma postura que por vezes transforma o debate em imposição cultural, sem espaço para mediação. O resultado é o aprofundamento da cisão entre mundos que deixam de se escutar.

O filósofo Noam Chomsky já alertava que elites políticas e econômicas utilizam o “dividir para conquistar” como estratégia de controle. Ao manter a população mobilizada em torno de disputas morais, desvia-se a atenção dos verdadeiros centros de poder: a desigualdade crescente, a precarização do trabalho, a financeirização da política, a crise ambiental, o domínio das big techs. Enquanto se briga por símbolos, consolidam-se estruturas de dominação.

Essa dinâmica também alimenta o que os sociólogos chamam de pânico moral — uma reação exagerada a mudanças sociais, geralmente mobilizada por discursos conservadores que apresentam essas transformações como sinais de decadência da civilização. Esse argumento foi usado contra o movimento pelos direitos civis, contra o feminismo, contra a legalização do divórcio e, agora, contra o reconhecimento de novas formas de existência.

O problema não está na luta por direitos — ela é essencial. O perigo está na forma como essa luta é manipulada para produzir medo e desviar o olhar do que realmente ameaça a democracia. A polarização em torno de valores culturais serve, muitas vezes, para ocultar a ausência de políticas estruturais transformadoras. O desafio filosófico e político, portanto, é resgatar a capacidade de diferenciar o essencial do acessório, o estrutural do simbólico, e de restituir ao debate público a profundidade e a escuta que ele perdeu.

9. Oligarquia e a Morte da Igualdade Política

A democracia moderna repousa sobre o princípio da igualdade política: cada cidadão, independentemente de sua riqueza, deve ter voz e voto equivalentes. No entanto, esse ideal tem sido corroído pela crescente concentração de riqueza e poder político nas mãos de uma elite bilionária.

Nos Estados Unidos, a decisão da Suprema Corte no caso *Citizens United v. FEC* (2010) permitiu que corporações e indivíduos ricos gastassem quantias ilimitadas em campanhas políticas, sob o argumento de liberdade de expressão. Essa decisão abriu as portas para a proliferação de super PACs e o aumento exponencial do financiamento eleitoral por parte de bilionários, muitas vezes por meio de grupos de “dinheiro escuro” que ocultam a identidade dos doadores.

Consequentemente, a influência política tornou-se desproporcionalmente acessível àqueles com vastos recursos financeiros. Em eleições recentes, uma parcela significativa do financiamento de campanhas veio de um número ínfimo de doadores ultra ricos, distorcendo o processo democrático e marginalizando as vozes da maioria.

Além disso, essa elite econômica tem promovido políticas que favorecem seus interesses, como cortes de impostos e desregulamentação, frequentemente em detrimento do bem-estar público e da justiça social. Essa dinâmica perpetua um ciclo vicioso de poder e privilégio, onde a riqueza compra influência política, que por sua vez molda políticas que aumentam ainda mais a concentração de riqueza.

A filósofa política Wendy Brown argumenta que essa fusão entre capital e poder político representa uma forma de “desdemocratização”, onde as instituições democráticas são esvaziadas de seu conteúdo substantivo e transformadas em instrumentos de dominação oligárquica. Nesse contexto, a democracia torna-se uma fachada, enquanto as decisões políticas refletem os interesses de uma minoria privilegiada.

Para revitalizar a democracia, é imperativo implementar reformas que limitem a influência do dinheiro na política, promovam a transparência no financiamento de campanhas e garantam que as instituições públicas sirvam ao interesse coletivo, e não aos caprichos de uma elite econômica.

10. Gerrymandering: A Engenharia da Polarização

O gerrymandering é uma das formas mais sutis e eficazes de minar a democracia representativa.

Trata-se da manipulação deliberada das fronteiras dos distritos eleitorais com o objetivo de favorecer determinado partido ou grupo no poder. Embora tecnicamente legal em muitos países, essa prática transforma o processo eleitoral em uma simulação de competitividade, criando “distritos seguros” em que o resultado das eleições torna-se praticamente previsível — e, portanto, estéril do ponto de vista democrático.

O termo surgiu nos Estados Unidos no século XIX, quando o então governador de Massachusetts, Elbridge Gerry, aprovou um redesenho distrital que favorecia seu partido, resultando em um mapa tão distorcido que um dos distritos se assemelhava a uma salamandra — dando origem à expressão “gerrymander”.

Desde então, a prática foi aperfeiçoada com o uso de tecnologias sofisticadas de georreferenciamento e análise de dados demográficos, tornando-se uma ferramenta poderosa para manipulação eleitoral.

Existem dois mecanismos principais de gerrymandering: o cracking e o packing. No cracking, eleitores de oposição são dispersos em diversos distritos para diluir seu impacto eleitoral. No packing, são concentrados em um único distrito, “desperdiçando” votos ao superconcentrar a representação de uma minoria.

Ambos os métodos resultam em distorções grotescas da vontade popular e comprometem o princípio do “um homem, um voto”, que sustenta a igualdade política nas democracias.

O filósofo político Michael Walzer argumenta que uma democracia só é legítima se todos os cidadãos tiverem chances razoáveis de influenciar o poder.

O gerrymandering viola essa premissa ao fixar o poder político antes mesmo do início do processo eleitoral. Candidatos deixam de precisar dialogar com setores diversos da população e passam a se comunicar apenas com suas bases ideológicas já conquistadas. O resultado é a radicalização do discurso, o empobrecimento do debate e a erosão do centro político — um fenômeno evidente em democracias como a dos Estados Unidos, onde a polarização se agravou nas últimas décadas em distritos altamente manipulados.

Além disso, o gerrymandering afeta de forma desproporcional grupos minoritários e populações vulneráveis. Estudos apontam que distritos redesenhados frequentemente fragmentam comunidades racializadas ou de baixa renda, dificultando sua representação política efetiva.

A manipulação dos mapas, assim, não é apenas uma técnica eleitoral: é também um instrumento de exclusão política e manutenção de privilégios históricos.

A filósofa Wendy Brown, ao analisar os mecanismos contemporâneos de desdemocratização, observa que as formas atuais de dominação política tendem a se ocultar sob o verniz da legalidade e da tecnocracia. O gerrymandering é exemplo emblemático dessa lógica: age silenciosamente, sob a aparência de neutralidade administrativa, mas gera efeitos devastadores sobre a legitimidade democrática.

Superar esse quadro exige reformas profundas, como a criação de comissões independentes para o desenho distrital, a adoção de sistemas proporcionais e o fortalecimento da transparência no processo eleitoral. Mais do que questões técnicas, trata-se de uma escolha ética: garantir que a política continue sendo um campo de disputa plural e real, e não uma encenação pré-determinada por mapas distorcidos.

A democracia, para ser viva, precisa de incerteza — da possibilidade real de alternância, de surpresa, de escuta. Quando os mapas eleitorais são moldados para silenciar o outro, o que resta não é política, mas sua caricatura. E, como já advertia o filósofo Cornelius Castoriadis, toda sociedade que abdica da deliberação crítica caminha inevitável.

CONCLUSÃO – Democracia Além do Espelho: O Resgate do Pensamento Crítico e da Humildade Política

Muitos discursos contemporâneos falam de uma democracia que está morrendo. Mas o que é exatamente essa democracia? Para analisar seu estado atual, é preciso primeiro definir o conceito — algo que muitos evitam. A crítica é direta: “Qual é essa democracia que o autor vê escorrendo pelos dedos, e onde ela existiu? Como alguém pode perder aquilo que nunca teve?”

A democracia liberal moderna, com eleições periódicas e parlamentos representativos, frequentemente serve como fachada para a reprodução de privilégios. A promessa de participação efetiva é solapada por mecanismos de exclusão econômica, cultural e midiática. A suposta soberania popular é frequentemente sequestrada por elites políticas e econômicas.

A ressurreição do fascismo, sob novas roupagens, insere-se neste contexto. Como aponta o crítico, “formas históricas de fascismo sempre foram estratégias de última instância da classe dominante para conter ameaças à sua hegemonia.” O avanço atual desses movimentos deve ser lido como sinal da vulnerabilidade do sistema capitalista, que em crise, recorre aos seus instrumentos mais autoritários para preservar a ordem.

Portanto, discutir a democracia não como um bem perdido, mas como um mito útil à dominação, é um passo necessário para qualquer crítica honesta do presente.

Chegamos a um ponto da história em que a democracia não corre risco apenas pelas mãos de líderes autoritários — mas também pela degradação moral das sociedades que os elegem, sustentam e idolatram. A polarização política extrema, alimentada pelas redes sociais, pela desinformação e pela angústia existencial do mundo contemporâneo, criou uma cultura de projeção seletiva: não buscamos líderes justos, mas espelhos idealizados de nós mesmos.

É necessário reconhecer o teatro de hipocrisias que estrutura a política moderna. Sociedades profundamente marcadas pela corrupção cotidiana, pelo desrespeito à lei, pelo egoísmo e pela mentira apontam nos políticos adversários os mesmos vícios que praticam em silêncio. O filósofo Jean-Jacques Rousseau já advertia, em *Do Contrato Social*, que não existe Estado justo sem cidadãos éticos. Mas a sociedade contemporânea inverteu esse princípio: exige políticos santos enquanto se permite comportamentos cínicos no cotidiano.

O problema não é o erro humano — que é inerente a toda pessoa, inclusive a quem ocupa o poder — mas o culto à ilusão de pureza. Idolatra-se o “nossa” líder como infalível e demoniza-se o adversário como a encarnação do mal absoluto. Esse dualismo moral empobrece a política, substitui a crítica pela fé e o debate pelo ódio. Como escreveu o filósofo Tzvetan Todorov, em *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, “não há democracia sem autocrítica, e não há autocrítica onde só se enxerga o erro no outro”.

Rejeitar esse ciclo exige uma revolução silenciosa, porém profunda: o resgate do pensamento crítico, da moderação e da humildade política. É necessário abandonar o desejo de mitos e heróis e recuperar a ideia de cidadania ativa, imperfeita, mas comprometida com o bem comum. Como sugeriu Cornelius Castoriadis, a democracia só é verdadeira quando os cidadãos assumem a tarefa constante de reinventar o mundo em comum — sem tutores, sem salvadores, sem ódio.

O caminho de volta ao centro político não é o da neutralidade apática, mas o do compromisso ético com o pluralismo, o diálogo e a responsabilidade compartilhada. Precisamos reaprender a

discordar com respeito, a votar com consciência e, acima de tudo, a recusar a lógica destrutiva do “ou nós, ou o caos”.

Exigir perfeição dos políticos e manter cinismo na vida privada é o que Cornelius Castoriadis chamaria de irresponsabilidade coletiva. Se queremos restaurar a democracia, é preciso abandonar o mito do salvador e aceitar a imperfeição humana como ponto de partida para uma cidadania consciente, plural e ética.

O século XXI ainda pode ser o século da reconstrução democrática — mas apenas se deixarmos de procurar perfeição nos líderes e passarmos a exigir coerência em nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAUMAN, Zygmunt. Medo líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Filosófica Politéia, 2022.
- BYUNG-CHUL, Han. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- ENGSTROM, Erik J. Partisan Gerrymandering and the Construction of American Democracy. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2013.
- ECO, Umberto. Cinco escritos morais. São Paulo: Record, 2001.
- ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Record, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FROMM, Erich. O medo à liberdade. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FUKUYAMA, Francis. Identidade: a exigência de dignidade e a política do ressentimento. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.
- GIRARD, René. Violência e o sagrado. Tradução de Martha Conceição Kneipp. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GRAEBER, David. A utopia das regras. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KERSHAW, Ian. Hitler: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOUFFE, Chantal. O paradoxo democrático. São Paulo: UNESP, 2015.
- MOUNK, Yascha. O povo contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- POPPER, Karl. A sociedade aberta e seus inimigos. São Paulo: Itatiaia, 1974.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHMITT, Carl. O conceito do político. Tradução de Marcelo Perine. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STEWART, Charles. Voting Technology and the Election Administration in the United States. Annual Review of Political Science, v. 20, 2017, p. 383–402.
- TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, Charles et al. Multiculturalismo: examinando a política do reconhecimento. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Record, 1994. p. 9–74.
- TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TIBURI, Marcia. Como conversar com um fascista. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- WALZER, Michael. Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: Ed. UnB, 1993.
- WEIL, Simone. Reflexões sobre as causas da liberdade e da opressão social. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- WODAK, Ruth. The politics of fear: what right-wing populist discourses mean. Londres: SAGE Publications, 2015.
- ŽIŽEK, Slavoj. Vivendo no fim dos tempos. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo, 2012.